

Ex.^{mo} Senhor Primeiro Ministro
Dr. António Costa

A Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (UE) terá início num período de turbulência política, económica, social e ambiental sem precedentes. A pandemia provocada pelo novo coronavírus continua a afetar a saúde pública, o emprego e a economia. A gravidade da emergência climática ainda não levou à tomada de medidas profundas e urgentes exigidas pela UE. O Estado de direito está a ser ameaçado em vários Estados-Membros e os mais elementares valores democráticos estão a ser debilitados. É imperativo que a Presidência portuguesa dê prioridade a uma ação robusta e progressista nestas três frentes.

Para além disto, esperamos que a Presidência se baseie nos valores de priorizar o interesse público face aos interesses empresariais e, ao mesmo tempo, ofereça transparência e preste contas aos parlamentares e ao público em geral. Fazemos as seguintes exigências:

- **O Governo português deve garantir que a Presidência da UE não seja utilizada para defender os interesses dos grandes grupos económicos em detrimento do interesse público.** Com vários tópicos na agenda da UE sobre os quais se espera que o lóbi empresarial seja forte e, por vezes, contrário ao interesse público (a recuperação após a crise provocada pela pandemia de COVID-19, a reforma da política agrícola comum, a tributação fiscal, as despesas na área da defesa, dos produtos farmacêuticos e das tecnologias digitais, para citar apenas alguns), o Governo português deve garantir que os interesses empresariais não beneficiam de acesso privilegiado aos seus processos de tomada de decisão durante a Presidência e para além da mesma. A Presidência portuguesa deve igualmente lançar um debate no Conselho sobre a redução da influência dos grandes grupos económicos na formulação das políticas europeias e nacionais.
- Numa altura de crise climática, quando o tempo disponível para tomar medidas eficazes se está a esgotar rapidamente, é crucial reiterar que não existe interesse público em interações de lóbi com a indústria de combustíveis fósseis, um setor cujos interesses estão em contradição direta com o interesse público de eliminar o uso de combustíveis fósseis. Seguindo as diretrizes da Organização Mundial da Saúde, amplamente aceites pela comunidade internacional, sobre manter o lóbi da indústria do tabaco ao mínimo absoluto, **a Presidência deve comprometer-se a manter todas as negociações com os [lobistas de combustíveis fósseis](#) também ao mínimo absoluto.** Foi chocante saber que o plano de recuperação do Governo português foi elaborado por um representante da indústria de combustíveis fósseis. Este tipo de acesso privilegiado deve terminar imediatamente; é contrário ao interesse público e profundamente impróprio.
- É de saudar a recente decisão de publicar as reuniões que o Representante Permanente e o Representante Permanente Adjunto de Portugal junto da União Europeia mantêm com lobistas. No entanto, esta prática deve ser alargada às reuniões mantidas por outros funcionários e assessores da Representação Permanente, que se prevê que sejam alvo de um lóbi ainda mais intenso. Durante a sua própria Presidência em 2018, os ministros finlandeses também

publicaram as suas reuniões de lóbi relativas a assuntos europeus. Este precedente deve também ser adotado pelos ministérios portugueses. **Os cidadãos têm o direito de saber quem faz lóbi e tenta influenciar o Governo português, nomeadamente durante a Presidência do Conselho da UE.** Para tal, instamos o Governo a alargar o registo de transparência do lóbi doméstico, implementando urgentemente regras sobre lóbi a nível nacional.

- Presidências recentes (com a notável exceção da Alemanha em 2020) mancharam a sua reputação ao aceitar patrocínios empresariais para atividades da Presidência, incluindo eventos, websites e a prestação de serviços. Esta prática é totalmente inaceitável e, como observou a Provedora de Justiça Europeia, acarreta “riscos reputacionais”. **É fundamental que a Presidência portuguesa rejeite todas as formas de patrocínio da sua Presidência e de quaisquer das suas atividades, e que encoraje os outros Estados-Membros da UE a procederem da mesma forma no futuro.**
- Não obstante os recentes esforços de reforma, o Conselho continua a ser a menos transparente das instituições da UE. Os cidadãos ainda não têm a possibilidade de acompanhar, muito menos de escrutinar, a forma como o seu Estado-Membro está a negociar um determinado ficheiro ou dossiê, criando não apenas um déficit democrático, mas também uma vantagem para lóbis empresariais com capacidade e recursos para superar o opaco e complexo processo de elaboração de políticas. É dececionante que o Governo português não se tenha unido aos outros dez Estados-Membros que têm defendido uma maior transparência legislativa. **Instamos, por isso, o Governo português a dar o exemplo, publicando atas dos trilogos e das reuniões do órgão preparatório do Conselho – que incluem detalhes das posições dos Estados-Membros – e desenvolvendo ainda mais a ampla agenda de reforma da transparência legislativa.**
- Por último, os deputados da Assembleia da República (AR) não têm os direitos e os instrumentos necessários para responsabilizar o Governo pelas decisões que toma na UE, nem para escrutinar as suas posições antes que sejam apresentadas em Bruxelas. Mais uma vez, isto representa um déficit democrático. **É chegado o momento de o Governo português abrir o seu processo de tomada de decisão na UE, publicando as suas propostas de posições sobre as novas leis e políticas da UE antes de serem discutidas nas reuniões do Conselho, de forma a permitir o escrutínio pelos cidadãos e pelos deputados da AR.**

Aguardamos a sua resposta a cada um destes pontos.

Com os melhores cumprimentos,